

O PROCESSO DE ENSINO NO BRASIL SOB A ÓTICA DO CONSTRUTIVISMO E NEOLIBERALISMO

THE TEACHING PROCESS IN BRAZIL FROM THE PERSPECTIVE OF CONSTRUCTIVISM AND NEOLIBERALISM

Aline Patrícia Pasqui BONINI¹; André Marciel BONINI²

1. Mestranda em Educação, Ciência e Matemática; Universidade Federal de São Carlos. – Brasil; E-mail: alinepasqui@gmail.com

2. Doutor em Organização do Espaço e Análise da Informação Espacial; Universidade Estadual Paulista. – Brasil; E-mail: ambonini2008@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discorrer sobre a questão do Construtivismo e do Neoliberalismo no ensino brasileiro e suas implicações para os alunos, professores e sociedade. Em um primeiro momento será introduzida a ideia de Construtivismo e na sequência a de Neoliberalismo, para ao final ocorrer uma discussão sobre a conjunção de fatores que uniu o construtivismo dentro do pensamento Neoliberal e como ele influenciou a educação no Brasil nos últimos 30 anos.

Palavras-chave: Construtivismo; Neoliberalismo; Ensino; Educação no Brasil

ABSTRACT

This article aims to discuss the issue of Constructivism and Neoliberalism in Brazilian Education and its implications for students, teachers and society. At first, the idea of Constructivism will be introduced, followed by Neoliberalism, and at the end there will be a discussion on the conjunction of factors that united constructivism within Neoliberal thought and how it influenced education in Brazil in the last 30 years.

Keywords: Constructivism; Neoliberalism; Teaching; Education in Brazil

Recebimento dos originais: 04/01/2022.

Aceitação para publicação: 11/03/2022.

INTRODUÇÃO

No decorrer do processo de ensino no Brasil percorremos um longo caminho, desde a educação jesuítica do século XVI e seu fim com a chegada da Família Imperial, passando por uma educação elitista que veio com a independência em 1822 e junto com ela o surgimento das primeiras escolas de ensino básico em todas as cidades ou vilas do Brasil.

Durante este mesmo período imperial surge a educação superior e a descentralização da educação básica que passa a ser de responsabilidade das províncias (Estados na época), na década de 1920 chega o movimento da Escola Nova. No governo Vargas a educação técnica foi muito privilegiada e as humanidades perderam importância. A primeira LDB foi criada em 1961 e em 1988, com a Constituição Cidadã o Ensino Fundamental, passou a ser universal.

Em 1996 surge a LDB, Lei 9394/96, e a partir desse período fica mais evidente o Neoliberalismo na educação brasileira. De acordo com Veiga (1998) a LDB de 1996 não estabeleceu critérios para a privatização do ensino público. Neste sentido Duarte (2011) coloca que as Diretrizes Curriculares Nacionais passam a privilegiar a cultura de Massas da Europa e desconsidera a cultura nacional estabelecendo leis e contratos que permitem a entrada de capital privado, o que causa um grande abismo entre a escola pública e privada. Augusto (2005) citado por Duarte (2011) coloca que as reformas educacionais nos últimos anos estão baseadas nas lógicas do mercado, produtividade, eficácia, eficiência e excelência.

No âmbito do Parâmetros Curriculares Nacionais, o neoliberalismo se faz presente e em conjunção com o Construtivismo quando o termo Aprender a Aprender aparece diversas vezes, percebe-se que este termo está intimamente ligado ao movimento Neoliberal ao passo que ocorre uma adequação do discurso pedagógico para as necessidades da globalização e mundialização do capital, a educação passa a ser uma mercadoria, com o preço determinado pela concorrência.

Neste sentido, Monteiro e Bertoldo (s.d) concluem que o atual processo de mercantilização da educação deve ser entendido a partir da natureza do sistema capitalista, na qual tudo se converte em mercadoria, inclusive a própria humanidade, sendo este preço determinado pela concorrência.

O CONSTRUTIVISMO

A teoria do Construtivismo entende que a criança deve se desenvolver por estágios para poder construir seu próprio conhecimento. (Nunes, 1990)

Piaget desenvolveu a teoria Construtivista se baseando em 4 fatores que devem ser levados em conta para que a criação atinja um desenvolvimento cognitivo adequado. São eles o biológico: que está ligado diretamente ao crescimento orgânico e estruturação do sistema nervoso; De experiências e de exercícios: nos quais a criança reage ao meio físico; De interações sociais: com o desenvolvimento da educação e da linguagem; e com grande ênfase na equilibrção das ações: ocorrendo a adaptação da criança ao meio social.

Uma criança que interage com o mundo, segundo Piaget, consegue mudar a realidade que vivencia. Isto vai ocorrer somente se a criança tiver um esquema de ação, que por meio dele a criança

pode interpretar e organizar essa ação para que depois ela possa ser praticada, neste sentido temos a assimilação e a acomodação. (FOSSILE, 2010).

Segundo Moreira (1999), o crescimento cognitivo da criança se dá por assimilação e acomodação:

A assimilação designa o fato que a iniciativa na interação do objeto é do organismo. O indivíduo constrói esquemas de assimilação mentais para abordar a realidade. Todo esquema de assimilação é construído e toda à abordagem da realidade supõe um esquema de assimilação. Quando o organismo (mente) assimila, ele incorpora a realidade a seus esquemas de ação, impondo-se ao meio. [...] muitas vezes os esquemas de ação da criança (ou mesmo do adulto) não conseguem assimilar determinada situação. Neste caso o organismo (mento) desiste ou se modifica. No caso da modificação, ocorre o que Piaget chama de 'acomodação'. [...] Não há acomodação sem assimilação, pois a acomodação é reestruturação da assimilação. (1999)

Segundo Fossile (2010) Piaget divide o desenvolvimento cognitivo em quatro estágios: **Sensório-motor:** ocorre entre 0 e 2 anos de idade. Tudo se dá pelas sensações e pelos movimentos da criança, o que coopera para que ela desenvolva seus primeiros esquemas de ação.

Pré-operatório: entre 2 e 7 anos de idade. A criança começa a desenvolver sua capacidade simbólica, não dependendo exclusivamente de suas sensações e movimentos. Passa a distinguir o significante (imagem/palavra/símbolo) do significado (conceito).

Operatório concreto: entre 7 e 11 anos de idade. A criança começa a pensar de forma lógica; no entanto, ainda precisa do auxílio da realidade concreta. Consegue desenvolver o pensamento reversível. Sai o pensamento transdutivo e começa o pensamento indutivo – interioriza a ação ou a previsão do resultado que vai do particular para o geral.

Operatório formal: dos 11/12 anos em diante. Encontramos nessa fase um adolescente, que utiliza o raciocínio hipotético-dedutivo, elabora e testa suas hipóteses, alcança a abstração, entende que a linguagem é de importância extrema, pois com ela poderá formular hipóteses e realizar pesquisas.

NEOLIBERALISMO

Não há como tratar do Neoliberalismo sem antes abarcamos um pouco da teoria Liberal, este sistema surgiu, de acordo com Stewart Jr (1995), de forma lenta para se opor as monarquias europeias no século XV. Não raro, o monarca reservava para si o privilégio de participar em algumas das atividades que fossem extremamente lucrativas ou produziram bens de grande luxo só acessíveis à alta nobreza. Na época das monarquias absolutas, a ciência econômica ainda não existia como uma disciplina autônoma, separada dos demais ramos do conhecimento humano; a ideia liberal que surgia e se insurgia contra o poder absoluto dos monarcas era de natureza essencialmente política.

Somente no século XVIII, com a Independência dos EUA e a Revolução Francesa é que o Liberalismo Econômico ganha escopo e forma e passa a ser conceituado, sendo o criador da teoria liberal, Adam Smith, economista britânico, que mostrou como os países poderiam crescer economicamente e gerar riquezas utilizando o trabalho individual e deixando de lado o Estado, impedindo este de ser regulador.

Nos EUA, já no século XX, o Liberalismo atinge seu auge com um consumismo acelerado, o que leva as pessoas a adquirirem bens de consumo caros como casas e automóveis de maneira inconsequente e desregulada. Este consumo era pautado em uma oferta tremenda de crédito sem regulação nenhuma do Estado. (SILVA, S.D.)

Ainda segundo Silva (s.d), esta prosperidade foi sedimentada sobre bases muito fragilizadas, com um crédito desregulado e uma gigantesca especulação imobiliária o que criou a famosa “bolha de falsa prosperidade” e culminou com a queda da Bolsa de Valores do Nova Iorque em 1929 e a terrível crise e depressão econômicas que a acompanharam pelos próximos anos. Milhares de pessoas perderam todo seu patrimônio, uma vez que ele estava investido na bolsa de Valores. “Os efeitos da crise espalharam-se pelo mundo, por isso, a economia de diversos países entrou em recessão e o desemprego disparou mundo afora.” Era o fim do Liberalismo.

Com este cenário abre-se caminho para o Keynesianismo e sua social democracia nos EUA, bem como para os Totalitarismos Europeus como o Nazismo na Alemanha e o Fascismo na Itália. Foram necessárias uma Guerra Mundial e uma Guerra Fria para que o mundo voltasse a flertar com o Liberalismo, que aparece em nova roupagem no final dos anos 1980, com o incentivo de Ronald Reagan, então Presidente dos EUA e Margaret Thatcher, Primeira Ministra inglesa na época, nasce o Neoliberalismo.

De acordo com Anderson (1995) o termo Neoliberalismo passa a ser usado com frequência no final dos anos 1980, quando começam a ressurgir ideias que pertenciam ao liberalismo clássico do século XVIII, neste novo liberalismo foram implantadas algumas medidas como liberação econômica, privatizações, menor participação do Estado, controle fiscal rígido, livre comércio, corte de despesas do governo e ampliação da participação do setor privado na economia.

Margaret Thatcher foi a primeira chefe de estado democrático a instalar o Neoliberalismo, em 1988, Augusto Pinochet já o tinha feito nos anos 1970, porém o contexto era ditatorial. Thatcher privatizou empresas e estabilizou a moeda, mas reduziu direitos de trabalhadores. Nos EUA, Ronald Reagan também instalou um sistema neoliberal no qual foi criado um modelo baseado em uma política fiscal de livre mercado. (ANDERSON, 1995)

Anderson (op. cit.) coloca que no Brasil, o neoliberalismo foi implantado em 1994 no governo Fernando Henrique Cardoso, este modelo econômico foi fundamental para tirar o Brasil de grave crise econômica, porém o número de desempregados e endividamento das famílias aumentou muito.

CRÍTICA AO NEOLIBERALISMO E AO CONSTRUTIVISMO NA EDUCAÇÃO DO BRASIL

O construtivismo, ao chegar ao Brasil, ainda na década de 1980, com a adoção de um modelo desenvolvido por José Pacheco, na escola da Ponte em Portugal, passa a ser visto como uma forma

moderna de ensino que não divide os alunos por séries ou classes e dá a eles grande liberdade para construir seu próprio conhecimento.

No Brasil, o construtivismo foi introduzido com base nos estudos de uma pesquisadora da Argentina, Emília Ferreiro, discorrendo sobre a obra de Piaget. Ferreiro (1986) coloca que todo o aluno pensa e esse pensamento deve ser levado em conta no processo de ensino. Ou seja, o aluno não deve ser excluído do processo de ensino e nem tratado como um mero depositário do conteúdo didático.

Apesar de ser defendido por muitos pesquisadores e educadores, o construtivismo vem recebendo uma série de críticas, pois é apontado como um modelo elitista e que desprestigia as classes mais baixas da sociedade. Segundo Bordieu (1999), o construtivismo se desenvolve levando em conta vários aspectos da vida do estudante, principalmente no âmbito cultural, econômico e social, mas ele (o construtivismo) é falho, visto que desfavorece os alunos de baixa renda ao não perceber as limitações culturais, econômicas e sociais em que estão inseridos.

Outro fator que desfavorece o Construtivismo é a ideia de que o aluno deve construir seus próprios conhecimentos, o que, segundo Arce (2005), o aproxima do caráter neoliberal, porque se baseia na ideia de que tudo depende apenas do estudante e que as desigualdades são naturais e dependentes do esforço de cada um. Neste sentido, a educação se torna fundamental para garantir o sucesso às pessoas, no entanto percebe-se a falta de responsabilidade do Estado em relação à Educação, culminando na precariedade e na falta de recursos para o Ensino Público, o que torna a educação mero fator do capitalismo, visto que a população, entre outros fatores, passa a arcar com os custos de uma educação privada. Este cenário, obviamente, é muito excludente e cria uma segregação social, financeira e cultural.

Mas o neoliberalismo está longe de se pautar somente na questão da privatização, ele busca também que a educação se baseie nas políticas e mecanismos do mercado. Segundo Neves (1994) o sistema econômico de mercado vem se apossando da ciência e da educação que são produzidas na sociedade, principalmente dentro do ambiente escolar, por ser esta fonte primordial de controle da entrada da mão de obra no mercado de trabalho dando ênfase a uma lógica de acumulação.

Neste sentido, Monteiro e Bertoldo (s.d) complementam que o caráter que é imputado à educação para o mundo do trabalho tem um sistema econômico definido constitucionalmente, como explicitado na LDB de 1996 em seu artigo 2º “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”. Com isso as autoras concluem que a educação “deve endereçar seu ensino às determinações do modelo social. Por isso, as resoluções político-educacionais expressas nos documentos oficiais estão atreladas à objetividade econômica, hoje sob a ideologia neoliberal.”

Os sistemas educativos, dentro de um contexto neoliberal, passam a ter como norte privatizações e terceirizações ou parcerias público privadas para o gerenciamento ou implantação de modelos educativos. Este modelo de parcerias e privatizações mostra a falta de comprometimento do Estado em garantir uma educação de qualidade para todos. (PORFÍRIO, s.d.)

Neste sentido, para Porfírio (s.d.) as instituições de ensino que passam a adotar este modelo implantam em suas diretrizes principais a meritocracia, o empreendedorismo e o individualismo no

cerne das escolas. Os alunos passam a ser formados para competir e se destacar em um sistema meritocrático e não para a cidadania ou intelectualidade. A autora ainda coloca que, a meritocracia no Brasil nem deveria ser cogitado dado o tamanho da desigualdade social que encontramos em nosso país.

Falleiros (2015) ao debater sobre o neoliberalismo fala da criação de um “NOVO HOMEM” que deve ser inquerido a diminuir a discrepância social que existe em nosso planeta, tomando ações que reduzam a desigualdade social e preservem o meio ambiente, este Novo Homem deve doar o seu tempo livre para as atividades voluntárias que caminhem neste sentido.

Quando é mencionado a questão do voluntariado é importante destacar que Arce (2005) coloca que o professor, na perspectiva construtivista, é apenas um mediador do saber e muito pouco ensina sobre o “conteúdo escolar”, dando a ideia de que qualquer pessoa poderia atuar nessa profissão inclusive voluntários e neste sentido o ensino superior nas universidades deveria ser realizado também nos moldes construtivistas. Desta forma, esse modelo estaria focado na epistemologia e na prática negando a teoria e transformando a profissão docente em atividade puramente instrumental e prática, na qual os conhecimentos devem estar atrelados à interpretação pessoal e à realidade do aluno.

No Brasil, a questão Neoliberal se une a vertente construtivista quando passa a atender ao modelo de produção de mercado ou capitalista, isto fica explicitado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs, nos quais encontramos várias vezes a expressão “aprender a aprender”, que, segundo Duarte (2001) mostra que o conhecimento não está no ensinar, mas sim no aprender, “deslocando a investigação do como se ensina para o como se aprende, demonstrando a preocupação científica de pensar o polo aprender e não o polo ensino.”

Em seu trabalho, Arce (2005) coloca um esclarecimento sobre a questão do “aprender a aprender”, e mostra que este tipo de modelo centra o ensino nos conteúdos que podem ser entendidos pelos estudantes, ou seja, reduz o conteúdo aos conceitos sociais do aluno, e elimina o que está fora de seu prisma cultural e social. A autora continua afirmando que o professor não deve ensinar de acordo com construtivismo, mas sim buscar o conhecimento prévio do aluno, e quando diante de algo novo, o professor deve buscar significância em conhecimentos prévios do aluno.

Neste sentido a escola se torna cada vez mais pobre, pois é invadida pelo Senso Comum que é disfarçado de “sabedoria popular” e ainda segundo Arce (op. cit), o professor, neste contexto, se torna um técnico e não um profissional, pois vai somente acompanhar o processo de ensino e a construção do conhecimento do indivíduo.

Neste caráter o construtivismo pode influenciar de formato contraproducente o desenvolvimento de professores, da educação e da sociedade em geral através de ideias escondidas em conceitos que levam acreditar em boa finalidade. Neste sentido e, não obstante aos fatos mencionados, é fundamental ampliar uma formação de professores que abranja a importância em levar os alunos à reflexão de forma crítica, dando a eles os conhecimentos necessários para entender as armadilhas ideológicas e transformar, não apenas a sua realidade, mas a realidade coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, P., "Balanço do neoliberalismo". In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARCE, A. A formação de professores sob a ótica construtivista: primeiras aproximações e alguns questionamentos. In: DUARTE, N. Sobre o construtivismo: contribuições a uma análise crítica. Campinas: Autores associados, 2005, p. 41-62.
- BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação / Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores) – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2ª edição. pp. 71-79.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.
- _____. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução. MEC, 1997. Brasília.
- DUARTE, J. F., **Trabalho Docente em Tempos de Neoliberalismo**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Brasília, p. 201. 2011
- FALLEIROS, I., Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a Construção de uma Nova Cidadania. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005, p. 175-235.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986
- FOSSILE, D. K. Construtivismo versus sociointeracionismo: uma introdução às teorias cognitivas. *Revista Alpha*, Patos de Minas, UNIPAM. 2010. Disponível em: http://alpha.unipam.edu.br/documents/18125/23730/construtivismo_versus_socio_interacionsimo.pdf.
- MONTEIRO, J. B. e BERTOLDO, E., O CONSTRUTIVISMO E NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR Disponível em: <https://docplayer.com.br/7207122-Palavras-chave-educacao-escolar-construtivismo-neoliberalismo.html> Acesso em 28 de Novembro de 2021
- MOREIRA, Marco Antonio. Teorias de Aprendizagem. São Paulo: EPU, 1999
- NEVES, L. M. W., Educação e política no Brasil de hoje. São Paulo: Cortez, 1994.
- NUNES, T., Construtivismo e alfabetização: um balanço crítico. *Educ. Revista*, Belo Horizonte, 1990. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-46981990000200004&script=sci_arttext.
- PORFÍRIO, F., Neoliberalismo, disponível em <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/neoliberalismo-1.htm>, acesso, 30/11/21
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 10 ed., Campinas, SP: Autores associados, 2008.
- SILVA, Daniel Neves. "Crise de 1929"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/crise29.htm>. Acesso em 30 de novembro de 2021

STEWART JR., D., O que é o liberalismo.- Rio de Janeiro : Instituto Liberal, 1995.

VEIGA, I. P. A. (Org.). Avanços e equívocos na profissionalização do magistério e a nova LDB. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). Caminhos da profissionalização do magistério. Campinas: Papyrus, 1998. p. 75-98.